

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça

**Paulo Cezar dos Passos**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico

**Humberto de Matos Brittes**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**Nilza Gomes da Silva**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional

Corregedor-Geral do Ministério Público

**Marcos Antonio Martins Sottoriva**

Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público

**Antonio Siufi Neto**

Ouvidor do Ministério Público

**Olavo Monteiro Mascarenhas**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça *Sérgio Luiz Morelli*

Procurador de Justiça *Mauri Valentim Ricciotti*

Procurador de Justiça *Hudson Shiguer Kinashi*

Procurador de Justiça *Olavo Monteiro Mascarenhas*

Procuradora de Justiça *Irma Vieira de Santana e Anzoategui*

Procuradora de Justiça *Nilza Gomes da Silva*

Procurador de Justiça *Silvio Cesar Maluf*

Procurador de Justiça *Antonio Siufi Neto*

Procurador de Justiça *Evaldo Borges Rodrigues da Costa*

Procuradora de Justiça *Marigô Regina Bittar Bezerra*

Procurador de Justiça *Belmires Soles Ribeiro*

Procurador de Justiça *Humberto de Matos Brittes*

Procurador de Justiça *Miguel Vieira da Silva*

Procurador de Justiça *João Albino Cardoso Filho*

Procuradora de Justiça *Lucienne Reis D'Ávila*

Procuradora de Justiça *Ariadne de Fátima Cantú da Silva*

Procurador de Justiça *Francisco Neves Júnior*

Procurador de Justiça *Edgar Roberto Lemos de Miranda*

Procurador de Justiça *Marcos Antonio Martins Sottoriva*

Procuradora de Justiça *Esther Sousa de Oliveira*

Procurador de Justiça *Aroldo José de Lima*

Procurador de Justiça *Adhemar Mombrum de Carvalho Neto*

Procurador de Justiça *Gerardo Eriberto de Moraes*

Procurador de Justiça *Luis Alberto Safrader*

Procuradora de Justiça *Sara Francisco Silva*

Procuradora de Justiça *Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya*

Procuradora de Justiça *Mara Cristiane Crisóstomo Bravo*

Procurador de Justiça *Helton Fonseca Bernardes*

Procurador de Justiça *Gilberto Robalinho da Silva*

Procurador de Justiça *Paulo Cezar dos Passos*

Procuradora de Justiça *Jaceguara Dantas da Silva*

Procurador de Justiça *Rodrigo Jacobina Stephanini*

Procurador de Justiça *Silasneiton Gonçalves*

Procurador de Justiça *Sérgio Fernando Raimundo Harfouche*

Procurador de Justiça *Alexandre Lima Raslan*

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

## PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

### PORTARIA Nº 3521/2019-PGJ, DE 25.9.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

#### R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público Estadual abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante as seguintes Zonas Eleitorais, em razão de ausência dos titulares, conforme o quadro a seguir:

ZE	PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	MOTIVO	TITULAR
2ª	Daniel Pivaro Stadniky	7 a 11.10.2019	Férias	Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior
3ª	Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro	14 a 25.10.2019	Férias	Pedro de Oliveira Magalhães
6ª	Wilson Canci Junior	1º e 2.10.2019	Licença	Edival Goulart Quirino
		14 e 25.10.2019	Compensação	
		15 a 24.10.2019	Férias	
10ª	Antenor Ferreira de Rezende Neto	21.10 a 9.11.2019	Férias	José Maurício de Albuquerque
11ª	Rosalina Cruz Cavagnolli	14 e 15.10.2019	Compensação	Jorge Ferreira Neto Júnior
22ª	Lia Paim Lima	14 a 23.10.2019	Férias	Allan Carlos Cobacho do Prado
31ª	Clarissa Carlotto Torres	14 a 18.10.2019	Férias	Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira
34ª	Lindomar Tiago Rodrigues	4.10.2019	Férias	Paulo Henrique Mendonca de Freitas
		7 a 9.10.2019	Compensação	
53ª	Renata Ruth Fernandes Goya Marinho	7 a 9.10.2019	Compensação	Marcos Alex Vera de Oliveira

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

### PORTARIA Nº 3522/2019-PGJ, DE 25.9.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

#### R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Luiz Eduardo de Souza Sant’Anna Pinheiro 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 13, 19 e 20.5.2018, e no período de 8 a 15.8.2018, a serem usufruídos no período de 28.10 a 1º.11.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

### PORTARIA Nº 3523/2019-PGJ, DE 25.9.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

#### R E S O L V E :

Designar o 4º Promotor de Justiça de Campo Grande, Renzo Siufi, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 8ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 7 a 9.10.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça José Luiz Rodrigues.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA N° 3524/2019-PGJ, DE 25.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

Designar o Promotor de Justiça de Sete Quedas, Gilberto Carlos Altheman Júnior, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial da comarca de Iguatemi, no período de 30.10 a 1º.11.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, e no período de 4 a 8.11.2019, em razão de férias do titular, Promotor de Justiça Thiago Barbosa da Silva.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA N° 3525/2019-PGJ, DE 25.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 1920/2019-PGJ, de 3.6.2019, na parte que estabeleceu o 1º período de férias da Promotora de Justiça Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto, que seriam usufruídas no período de 14 a 23.10.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA N° 3526/2019-PGJ, DE 25.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Gustavo Henrique Bertocco de Souza, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 33ª Zona Eleitoral, no dia 30.9.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão da titular, Promotora de Justiça Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA N° 3528/2019-PGJ, DE 25.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Kristiam Gomes Simões 12 (doze) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 4 a 11.3.2019 e 18 a 25.3.2019, a serem usufruídos nos dias 24 e 25.10.2019 e nos períodos de 18 a 22.11.2019 e 16 a 20.12.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3529/2019-PGJ, DE 25.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Luiz Eduardo de Souza Sant'Anna Pinheiro 5 (cinco) dias de compensação por sua atuação em regime de mutirão, nos dias 21.11 e 17.12.2018, 17, 30 e 31.5.2019, a serem usufruídos no período de 4 a 8.11.2019, nos termos do § 2º do artigo 2º da Resolução nº 24/2016-PGJ, de 28.9.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3530/2019-PGJ, DE 25.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no dia 1º.7.2017, a ser usufruído no dia 30.9.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3546/2019-PGJ, DE 25.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os Promotores de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos e Tiago Di Giulio Freire, atualmente agregados ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, para atuarem na audiência de instrução e interrogatório do Processo Administrativo Disciplinar nº 066.158.0006/2019, no dia 7.10.2019, às 14h30min, no Plenário Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3551/2019-PGJ, DE 26.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Acrescentar o Promotor de Justiça abaixo relacionado na Portaria nº 1920/2019-PGJ, de 3.6.2019, que estabeleceu a escala de férias individuais dos Promotores de Justiça, referente ao segundo semestre de 2019:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Mateus Sleiman Castriani Quirino	25.9 a 9.10.2019			

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3558/2019-PGJ, DE 26.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Paulo César Zeni, Assessor Especial do Procurador-Geral Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (ESMP-MS), no período de 30.9 a 25.10.2019, em razão de férias da Procuradora de Justiça Jaceguara Dantas da Silva.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3560/2019-PGJ, DE 26.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 2º Promotor de Justiça de Bonito, Alexandre Estuqui Junior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, no período de 25.9 a 9.10.2019, em razão férias do titular, Promotor de Justiça Mateus Sleiman Castriani Quirino.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3561/2019-PGJ, DE 26.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves, atualmente agregado ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria-Geral e pela Secretaria de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, nos dias 26 e 27.9.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

## PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

### PORTARIA Nº 3545/2019-PGJ, DE 25.9.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

#### R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares aos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual abaixo nominados, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26.10.2000, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016, conforme segue:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Aires Alves Machado Junior	2018/2019	2 a 11.12.2019	22.4 a 1º.5.2020		20 a 29.1.2020
Alexandre Ferreira da Costa	2017/2018	11 a 30.11.2019			1º a 10.11.2019
Angela Teno Ribeiro do Val	2017/2018	16.9 a 5.10.2019			24.10 a 2.11.2019
Aydil Carneiro de Souza	2018/2019	7 a 16.1.2020	27.2 a 7.3.2020		1º a 10.11.2019
Camila Ogeda Darc da Silva	2018/2019	18 a 27.11.2019	30.9 a 9.10.2020		22.4 a 1º.5.2020
Daniel Rodrigues Duarte	2016/2017	4 a 13.11.2019	7 a 26.1.2020		17 a 26.1.2020
Diogo Banzer da Motta	2018/2019	18.11 a 7.12.2019			8 a 17.11.2019
Eudes Limeira da Silva	2018/2019	4 a 13.11.2019	27.2 a 7.3.2020		10 a 19.12.2019
Everaldo Almeida dos Santos	2018/2019	1º a 10.11.2019	2 a 11.3.2020		21 a 30.10.2019
Gabriel Manvailer Zainko	2018/2019	2 a 11.3.2020	15 a 24.6.2020		1º a 10.10.2019
Glauce Ruas Lagoas da Silva	2017/2018	3 a 22.8.2020			4 a 13.11.2019
Italo Felipe de Matos	2018/2019	29.11 a 18.12.2019			19 a 28.11.2019
Joacir França Giesen	2018/2019	4 a 23.11.2019			7 a 16.10.2019
João Verissimo de Luna Junior	2018/2019	2 a 11.12.2019	1º a 10.6.2020		1º a 10.11.2019
José Ricardo Barbosa Mendes	2018/2019	20 a 29.11.2019	2 a 11.3.2020		7 a 16.1.2020
Juliana Bellé Toniazio Manfio	2016/2017	7 a 26.1.2020	4 a 13.5.2020		14 a 23.10.2019
Junior Prates Cespedes	2018/2019	18.11 a 7.12.2019			8 a 17.12.2019
Keyla Pereira Yoshimura	2018/2019	18.11 a 7.12.2019			13 a 22.1.2020
Leonardo de Almeida Campos	2018/2019	7 a 26.1.2020			1º a 10.10.2019
Leonardo Martins Regis	2018/2019	4 a 13.5.2020	8 a 17.9.2020		28.11 a 7.12.2019
Lincoln Ricardo Miglioli Bauermeister	2018/2019	3 a 12.8.2020	28.10 a 6.11.2020		8 a 17.11.2019
Marcio Fernando Cardoso	2017/2018	29.11 a 18.12.2019			4 a 13.11.2019
Maria Aparecida de Oliveira Santana França	2018/2019	18 a 27.11.2019	3 a 12.3.2020		5 a 14.11.2019
Maria Isabelli Monteiro de Oliveira	2018/2019	4 a 13.5.2020	8 a 17.9.2020		21 a 30.11.2019
Marina Nery Alves	2018/2019	4 a 13.11.2019	22.4 a 1º.5.2020		18 a 27.11.2019
Maristella Almeida Franzim Souza	2018/2019	14 a 23.10.2019	30.3 a 8.4.2020		7 a 16.1.2020
Mohamed Santos Ibrahim	2018/2019	10 a 19.12.2019	1º a 10.6.2020		4 a 13.11.2019
Rafael Cezar Cavaretto	2017/2018	25.11 a 4.12.2019	7 a 16.1.2020		20 a 29.1.2020
Rodrigo Peixoto Santos	2018/2019	18 a 27.11.2019	18 a 27.5.2020	16 a 25.9.2020	
Ronald de Souza Gomes da Silva	2017/2018	15.11 a 14.12.2019			
Sandra Maria Amâncio de Lima Mariano	2018/2019	16 a 25.10.2019	7 a 16.1.2020		20 a 29.1.2020
Valricia Miranda de Oliveira	2018/2019	2 a 11.12.2019	13 a 22.7.2020		5 a 14.11.2019
Widya Carla Ribeiro da Fonseca Oshiro	2016/2017	30.9 a 9.10.2019	18 a 27.11.2019	2 a 11.12.2019	

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À CARTA-CONTRATO Nº 106/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/0564/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **GRILL CONVENIÊNCIA EIRELI**, representada por **Luciano Luiz Ferreira**.

Amparo legal: Artigo 65, inciso I, alínea “b” e §1º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Acréscimo da importância de R\$ 9,75 (nove reais e setenta e cinco centavos), correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado, para o fornecimento de água mineral (galão 20L), recarga no valor unitário de R\$ 13,00 (treze reais), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Nova Alvorada do Sul/MS, a ser fornecido mensalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 48,75 (quarenta e oito reais e setenta e cinco centavos).

Vigência: 13.09.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 13 de setembro de 2019.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/PGJ/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/PGJ/2019**

Processo nº PGJ/10/2526/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **COMERCIAL DE ALIMENTOS ZAFIRA - EIRELI**, representada por **Victor Hugo Yoshiharu Ogawa**.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 9/PGJ/2019.

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de limpeza (balde, esponja, sabão etc.), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
12	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor amarela, capacidade para 100 litros, medindo no mínimo 0,80m de largura x 0,90m de comprimento, espessura mínima de 0,09 micras, embalagem com 100 unidades. Marca: ECONOMICA.	Pacote	50	42,59
13	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor azul, capacidade para 100 litros, medindo no mínimo 0,80m de largura x 0,90m de comprimento, espessura mínima de 0,09 micras, embalagem contendo 100 unidades. Marca: ECONOMICA.	Pacote	50	41,47
14	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor marrom, capacidade para 100 litros, medindo no mínimo 0,80m de largura x 0,90m de comprimento, espessura mínima de 0,09 micras, embalagem com 100 unidades. Marca: ECONOMICA.	Pacote	500	39,83
17	Saco plástico para lixo, cor preta, capacidade para 100 litros, medindo no mínimo 0,80m de largura x 0,90m de comprimento, espessura mínima de 0,09 micras, embalagem com 100 unidades. Marca: ECONOMICA.	Pacote	8	44,28

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 25 de setembro de 2019.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****FÁTIMA DO SUL****RECOMENDAÇÃO Nº 004/2019 - 1ªPJ-FSUL**

Autos nº MP: 06.2019.00001155-0

Procedimento Preparatório

Objeto: apurar eventual promoção pessoal praticada pelo Prefeito Municipal de Vicentina, Marcos Benedetti Hermenegildo.

**RECOMENDAÇÃO Nº 004/2019 - 1ªPJ-FSUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul, através de seu órgão de execução abaixo assinado, no uso de suas atribuições constitucionais, com fundamento no artigo 129, incisos II, VI e IX, c/c. artigo 27, parágrafo único da Lei 8.625/93 e artigo 29, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/94, no âmbito do Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001155-0, apresenta Recomendação nos termos seguintes:

CONSIDERANDO que o art. 127 da Constituição Federal dispõe que “o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”;

CONSIDERANDO que o art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625/93 faculta ao Ministério Público expedir recomendação administrativa aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, requisitando aos destinatários adequada e imediata divulgação;

CONSIDERANDO que o Ministério Público cabe exercer a defesa dos direitos assegurados na Constituição Federal sempre que for necessário a garantia do seu respeito pelos poderes municipais, nos termos do art. 27, inciso I, da Lei 8.625/93;

CONSIDERANDO que o Ministério Público compete zelar pela defesa do patrimônio público e social, nos termos do art. 129, inciso II, da Constituição Federal – e tendo em vista que, dentro desta relevante atribuição ministerial, há de se exigir que a publicidade no âmbito da Administração Pública respeite os princípios expostos no art. 37, “caput”, da Constituição Federal da Administração Pública, sob pena de violação ao interesse público, ao princípio da publicidade e ao princípio republicano;

CONSIDERANDO que a Constituição federal no art. 37, *caput*, consagra como normas básicas que regem a Administração Pública os princípios constitucionais, entre eles o da impessoalidade segundo o qual o administrador é um executor do ato, que serve de veículo de manifestação da vontade estatal, e, portanto, as realizações administrativo-governamentais não são do agente político, mas da entidade pública em nome da qual atuou;

CONSIDERANDO que a impessoalidade, quando analisada sob a perspectiva da Administração Pública, está relacionada ao fato de que o autor dos atos estatais é o órgão ou a entidade, e não a pessoa do agente público, do que resulta que a publicidade dos atos, obras e realizações deve fazer referência ao ente público legitimado à sua prática e não à pessoa do gestor;

CONSIDERANDO que, para assegurar o respeito ao princípio da impessoalidade – e a tantos outros princípios fundamentais a reger a atuação da Administração Pública –, o próprio constituinte delineou uma categoria de atos a atrair especial sanção sobre aqueles que os praticassem: a categoria dos atos de improbidade administrativa, previstos no art. 37, §4º, da Constituição Federal [Art. 37. §4º. Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível] e na Lei nº 8.429/92;



CONSIDERANDO que, no caso do princípio da impessoalidade, compreendido sob o viés da Administração Pública, a violação do padrão ético de conduta é inquestionável quando se cuida de promoção pessoal de agentes públicos por intermédio de publicidade atrelada a órgãos públicos;

CONSIDERANDO que é a Administração Pública, e não seus agentes, a única e verdadeira autora dos atos estatais, pelo que a própria Constituição Federal vedou a consagração de nomes de autoridade e servidores em publicidade de atos e programas;

CONSIDERANDO que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos nos termos do art. 37, §1,º da Constituição Federal, se concretiza com a inclusão do ato administrativo no lugar próprio para a divulgação dos atos públicos, proporcionando o conhecimento do público em geral;

CONSIDERANDO que o legislador constituinte ao definir a presente regra visou à finalidade moralizadora, vedando o desgaste e o uso do dinheiro público em propagandas conducentes à promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, seja por meio da menção de nomes seja por meio de símbolos ou imagens que possam de qualquer forma estabelecer alguma conexão pessoal entre estes e o próprio objeto divulgado;

CONSIDERANDO que a publicidade não está vedada constitucionalmente, pois o princípio da publicidade dos atos estatais e mais restritamente dos atos da administração, inserido no caput do art. 37, é indispensável para imprimir moralidade à atuação administrativa, visando proteger tanto os interesses individuais como defender os interesses da coletividade mediante o exercício do controle sobre os atos administrativos.

CONSIDERANDO que a publicidade no âmbito da Administração Pública, no entanto, está condicionada à plena satisfação dos requisitos constitucionais que lhe imprimem determinados fins: caráter educativo, informativo ou de orientação social e AUSÊNCIA DE NOMES, SÍMBOLOS OU IMAGENS QUE CARACTERIZEM PROMOÇÃO PESSOAL DE AUTORIDADES OU SERVIDORES PÚBLICOS.

CONSIDERANDO que o desrespeito ao que prevê art. 37, § 1º da Constituição Federal em clara afronta aos princípios da impessoalidade e da moralidade administrativa e da proibição expressa do uso do nomes, símbolo ou imagem que caracterize promoção pessoal da autoridade, havendo pois aproveitamento do dinheiro público para realização de promoção pessoal, caracteriza, em tese, ato de improbidade legitimando o Ministério Público o exercício da competência contemplada no art. 129, incisos II e III, da Carta da República, a exercer a fiscalização do cumprimento constitucional e a aplicação das sanções previstas constitucional e legalmente;

CONSIDERANDO que os gastos públicos deverão estar em acordo com as necessidades do Município;

CONSIDERANDO que restou comprovado nos autos do Procedimento Administrativo n.º 06.2019.00001155-0 que o Facebook do Município de Vicentina (<https://www.facebook.com/prefeituramunicipaldevicentina/>) está sendo, indevidamente, utilizado para promover a pessoa do Prefeito Municipal, ao arrempeio das normas dantes aludidas;

RECOMENDA este Órgão Ministerial ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Vicentina, bem como a quem venha lhe suceder ou substituir no seu respectivo cargo:

. REMOVA imediatamente, às suas expensas e sem utilização de recursos públicos, as fotografias, nomes, cores, símbolos ou imagens que configurem promoção pessoal do chefe do executivo municipal ou de qualquer agente público, existentes no Facebook do Município de Vicentina (<https://www.facebook.com/prefeituramunicipaldevicentina/>) e em outros canais de comunicação do Município, notadamente no *site* oficial do Município;

. ABSTENHA-SE de utilizar de fotografias, nomes, cores, símbolos ou imagens que configurem promoção pessoal do chefe do executivo municipal ou de qualquer agente público, nas redes sociais do Município de Vicentina, bem como no *site* oficial do Município;

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL adverte que a presente recomendação dá ciência e constitui em mora

o destinatário quanto às providências recomendadas, sendo certo que a omissão na adoção das medidas recomendadas poderá ensejar o ajuizamento de ação de improbidade administrativa, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis.

Nesse passo, com fundamento no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 75/93, requisita-se, desde logo, que Vossa Excelência informe, em até 10 (dez) dias, se acatará ou não a presente recomendação, apresentando, em qualquer hipótese de negativa, os respectivos fundamentos.

Em caso de acatamento desta recomendação, deverá o Prefeito Municipal, no mesmo prazo, comprovar a retirada das fotografias, nomes, símbolos, cores ou imagens que configurem sua promoção pessoal.

Encaminhe-se cópia desta ao Excelentíssimo Prefeito Municipal de Vicentina para conhecimento e cumprimento, bem como ao Presidente da Câmara de Vicentina e ao CAO do Patrimônio Público, para conhecimento.

Publique-se no DOMP, como de praxe.

Fátima do Sul, 09 de agosto de 2019.

LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL  
Promotor de Justiça<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Designado para coadjuvar (Portaria nº 665/2019-PGJ, de 22/02/2019, publicada no DOMP nº 1.919, de 27/02/2019).